PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2003
(Do Sr. IVAN VALENTE e outros)

Acrescenta inciso II e parágrafo único
ao artigo 49 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

“Artigo 1º. Ao artigo 49 da Constituição Federal é acrescentado o seguinte inciso, renumerando os demais, e um parágrafo único:

Art. 49.

I -

II – autorizar e aprovar empréstimos, operações e obrigações de qualquer natureza, contraídas ou garantidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, pelas entidades de sua administração indireta ou sociedade sob o seu controle, os quais só vigorarão a partir da data do Decreto Legislativo de sua aprovação;

(...)

Parágrafo único. É vedado ao Congresso Nacional, no exercício da competência de que tratam os itens I e II deste artigo, conceder antecipadamente e genericamente aprovação a quaisquer atos ou contratos internacionais ou autorização para futuros compromissos a serem assumidos pelo Poder Executivo.”

“Art. 2º Fica revogado o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

Os acordos assinados pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional sempre ocupam os noticiários nacionais, gerando grande expectativa quanto aos termos pactuados e os compromissos assumidos pelo governo. É fato que a negociação diplomática com o FMI gera ansiedade em diversos setores da sociedade pois é do conhecimento de todos que constitui matéria de interesse nacional e que dita o rumo da política de desenvolvimento interno, restringindo a soberania.

Os constituintes de 1988, movidos pela experiência histórica da sufocante dívida externa contraída pelos sucessivos governos brasileiros até então, discutiram a necessidade de instituir um maior controle do Poder Legislativo sobre esse endividamento. Resultado desse debate foi a inclusão de expressão nova no dispositivo constitucional que trata da competência do Congresso Nacional na apreciação de atos internacionais, delimitando um tipo de compromisso que especialmente (e não unicamente) deve ser objeto de deliberação do Legislativo (inovação grifada):

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais **que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**”

Quando voltamos ao momento da Assembléia Nacional Constituinte, verificamos que nos debates e na votação das emendas sobre a matéria havia o intuito de incluir os acordos sobre dívida externa como sujeitos à aprovação legislativa. Já na Comissão de Sistematização, um parlamentar elaborou uma formulação que viria a ser, com poucas alterações, o atual artigo 49, I. O autor alegou em sua justificativa **“que é imperiosa a aprovação congressional para os compromissos de endividamento externo do País e não apenas os tratados internacionais”** (grifos nossos).¹ Esse objetivo fica claro, também, quando vemos que, em meio ao debate, tanto no primeiro, quanto no segundo turno, o ilustre constituinte Roberto Campos insistiu em apresentar emenda propondo suprimir a expressão “atos que acarretam

¹ Citado por MEDEIROS, Antônio Cachapuz de. O Poder de Celebrar Tratados. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995. P. 479

encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” do dispositivo em questão.

Roberto Campos entendia, como os demais constituintes, que, tal como estava formulado o dispositivo constitucional que previa a apreciação pelo Congresso Nacional dos atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, conferia-se a prerrogativa de deliberação do Legislativo sobre a conclusão de todo e qualquer ato internacional, especialmente os acordos com o FMI, além de outros compromissos financeiros externos.

Contudo, desde a promulgação de nossa Carta Magna, a cada novo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional vem à tona o debate se caberia ou não a apreciação desse ato pelo Congresso Nacional nos termos do art. 49, I. Desde 1988, os governantes brasileiros têm tido sucesso em fazer prevalecer a interpretação de que tais atos devem passar apenas por Comissão do Senado Federal, argumentando-se que os acordos com o FMI seriam simples operações externas de natureza financeira, aplicando-se, portanto, o item V do artigo 52 da C.F.

Embora possamos mostrar que a intenção dos constituintes foi submeter os acordos com FMI à apreciação congressional, como ocorre com outros atos internacionais, é fato que o texto constitucional resultante deu margens para uma interpretação distinta. Por esta razão, resolvemos apresentar a presente proposta de emenda constitucional para dirimir quaisquer dúvidas acerca do imperativo democrático de consulta ao Parlamento.

A consolidação da democracia brasileira e as amarras decorrentes dos acordos financeiros internacionais que vêm sendo firmados despertam a necessidade imperiosa de que o povo brasileiro, por meio de seus representantes legítimos, possa discutir e deliberar sobre a assunção de tais compromissos. Pois, hoje, a ninguém resta uma dúvida sequer acerca das enormes conseqüências para o País decorrentes da assinatura de acordos com o FMI. Estes restringem a soberania nacional, submetendo as decisões de governo a ditames externos, atendendo às enormes e múltiplas exigências, em diferentes setores, feitas por aquele organismo internacional. O resultado é que resta muito pouco espaço para que o Brasil defina as políticas públicas adequadas às suas necessidades internas de desenvolvimento e de superação da dívida social sem paralelo que temos a saldar.

A apreciação do Congresso Nacional dos acordos de endividamento externo brasileiro constitui um resgate do ideal democrático que tanto motivou a luta política no País e é fator essencial para conferir maior legitimidade às decisões de governo e preservar a independência e soberania nacionais, valores supremos de nossa ordem constitucional.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares do Congresso Nacional para a presente proposta de emenda constitucional.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado IVAN VALENTE PT/SP